



## A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A GESTÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Eliacir Neves França<sup>1</sup>

Glória Christina de Souza Cardozo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta reflexões de docentes que atuam na formação inicial do pedagogo no Ensino Superior, expondo práticas de formação profissional para atuação em espaços não escolares no âmbito do curso de Pedagogia. Trata-se, portanto, da formação profissional na área pedagógica para atuar com o que no Brasil se discute fundamentalmente sob o conceito de educação não formal, e que mais recentemente tem adotado o conceito de educação social. Compreende-se a educação não formal, conforme Gonh (2010, p. 33) como “[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania”, a autora complementa que “ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais”. Trata-se de intervenção realizada em instituição da educação não formal situada no município de Londrina focalizando reflexões sobre a atuação do pedagogo, sobretudo na construção democrática do projeto pedagógico na instituição. Assume-se para o texto em questão o objetivo de, preliminarmente, apresentar como, ao longo da história, a educação não formal ou social foi constituída e a partir disso analisar as práticas desenvolvidas na realização do estágio de gestão educacional.

**Palavras-chave:** formação do pedagogo; educação não formal; gestão educacional.

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso. Docente da Universidade Estadual de Londrina – Departamento de Educação. Área de Políticas e Gestão da Educação. [eliacir@terra.com.br](mailto:eliacir@terra.com.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Pedagoga da Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social. Docente Colaboradora da Universidade Estadual de Londrina – Departamento de Educação. Área de Políticas e Gestão da Educação. [gloriacardozo@uel.br](mailto:gloriacardozo@uel.br)

## INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas fazem parte da experiência das autoras na supervisão de estágio no curso de pedagogia oferecido pela Universidade Estadual de Londrina, no campo da gestão pedagógica na educação não formal.

Pretende-se discutir o conceito e histórico da educação não formal com vistas a subsidiar a análise da função do estágio supervisionado em espaços de educação não formal para a formação do Pedagogo.

Grosso modo falando, percebe-se que em geral os cursos de formação de pedagogos não têm incluído, em seus currículos, conteúdos que despertem a sensibilidade dos licenciandos para a compreensão do que acontece fora da escola. Noutras palavras,

[...] não aprendem a vincular os saberes escolares com os saberes sociais, a cultura escolar com a cultura dos educandos, a socialização na escola com a socialização em outros tempos e espaços sociais como a rua, a casa, a igreja, o culto, o terreiro, o pedaço, a cidade, o trabalho e os movimentos sociais. (FRIGOTTO, 2002, p. 148).

A formação está centrada nos conteúdos específicos da área de saber em que irão atuar e nas metodologias para o desempenho das funções profissionais em espaços de educação formal.

Entendemos como imperativo a discussão acerca do campo de educação não formal nos cursos de licenciatura em pedagogia a fim de subsidiar a reformulação dos currículos já que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP 1/2006, contempla a formação deste profissional para atuar no “planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares”.

Apresentamos nossa contribuição ao debate ressaltando o caráter inicial e preliminar das reflexões por ora expostas.

## EDUCAÇÃO NÃO FORMAL OU EDUCAÇÃO SOCIAL

De acordo com Saviani (1991) compreendemos que o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente. Assim, portanto, o objeto da educação diz respeito a, de um lado, identificar elementos culturais imprescindíveis à humanização dos indivíduos e, de outro lado, simultaneamente, descobrir formas mais adequadas para fazê-lo.

A partir desta compreensão sobre o conceito de educação, procuraremos expor algumas questões que têm perpassado o debate teórico acerca do ato educativo quando ultrapassa o ambiente da educação formal nas instituições escolares.

Quando se discute as práticas educativas nos espaços não escolares estamos nos referindo ao conceito de educação não formal. Compreende-se a educação não formal como sendo

[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania [...] ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

Outra teórica que tem se debruçado sobre o tema da educação não formal é Von Simon. Para ela, esta se constitui numa

ação educativa realizada e estruturada em organizações distintas das escolares (podendo levar a uma certificação), tendo como característica a não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (VON SIMON, 2001, p. 29).

Tendo surgido no final da década de 1960, o debate acerca da educação não formal se apresenta no bojo de uma série de críticas ao sistema formal de ensino. Naquele momento, diferentes setores da sociedade viam a escola e a família como inaptos em atender às demandas sociais que lhes são impostas historicamente. Neste

contexto de crise da educação formal surgem as práticas educativas em diferentes espaços denominadas como “educação não formal”.

La extensión de los años de escolaridad, y el consiguiente retraso en la incorporación al trabajo real, alarga el estadio juvenil, y, para proseguir la actuación educativa y de control social sobre él, aparecen también otras instituciones no formales: movimientos, asociaciones, centros juveniles, etc. Para los adultos tampoco serán ya el trabajo y la vida familiar cerrada sobre sí misma los únicos centros de su actividad. La reducción de la jornada laboral impulsa el desarrollo de un heterogéneo conjunto de medios y recursos total o parcialmente educativos, pero en cualquier caso no formales [...]. Y, igualmente, aparecen necesidades de intervención pedagógica sobre la tercera edad que, con la anticipación progresiva del momento de la jubilación y el aumento de la esperanza de vida, se extiende en un período más amplio que es necesario dotar de contenido social (TRILLA, 1996, p.218).

No Brasil, esta passa a ter maior visibilidade ao final da década de 1990, devido, sobretudo, às profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Tais mudanças na economia e na sociedade contribuíram para a modificação da demanda pela educação, “ampliando suas necessidades para além dos conteúdos programáticos e curriculares atribuídos e desenvolvidos pela educação formal”. (GARCIA, 2008, p. 3)

Há que se destacar a existência outras categorias que já foram empregadas para indicar os processos educativos que ocorrem fora do ambiente escolar, como a de educação não escolar, educação extraescolar, educação alternativa, educação de adultos, educação popular, educação social, educação comunitária, educação sociocomunitária, educação permanente/para a vida ou continuada, educação integral e educação cidadã. Destas, destacamos o conceito de educação social:

[...] conjunto fundamentado e sistematizado de práticas educativas não convencionais realizadas preferencialmente – ainda que não exclusivamente – no âmbito da educação não formal, orientadas para o desenvolvimento adequado e competente dos indivíduos, assim como para dar respostas a seus problemas e necessidades sociais (PÉREZ, 1999 apud GOHN 2010, p. 26).

Portanto, compreende-se a educação social como “modalidade” da educação não formal, entendendo-a ainda como um processo educativo direcionado a sujeitos em

situação de vulnerabilidade social, enquanto que “a educação não formal deve ser vista também pelo seu caráter universal, no sentido de abranger e abarcar todos os seres humanos, independentemente de classe social, idade, sexo, etnia, religião etc. (GOHN, 2010, p.25).

Esta perspectiva quanto ao direcionamento da educação social para forjar respostas a problemas e necessidades sociais, afirmada por Pérez (1999) e resgatada por Gohn (2010) é assinalada também em Otto (2009) ao tratar do histórico da Pedagogia Social, compreendida como arcabouço teórico da educação social.

Como uma tradição de pensamento e de ação, a Pedagogia Social é mais antiga do que o conceito ou o uso do termo *Pedagogia Social*. Os fundadores da tradição fizeram as perguntas corretas, embora não adotassem esse termo. Desde o princípio, a perspectiva pedagógico-social se baseava em **tentativas de encontrar soluções educacionais para os problemas sociais**. Assim pode-se dizer que os educadores que deram atenção à pobreza e a outras formas de aflição social, por exemplo, Juan Luis Vives, Johan Amos Comenius, Johan Heinrich Pestalozzi, Friedrich Fröebel, do ponto de vista pedagógico são pioneiros da perspectiva pedagógico-social, mesmo sem usar o termo *Pedagogia Social* (OTTO, 2009, p. 31, grifo nosso).

A obra analisada de Gohn vem a público transcorrido pouco tempo após a realização do I Congresso Internacional de Pedagogia Social – CIPS, em 2006, do qual participara. Este evento pode ser compreendido como marco significativo para o atual enfrentamento à inclusão periférica das temáticas em torno à educação que se processa além dos limites das instituições escolares, até o momento nomeadas como educação não formal. Tal denominação e as práticas educativas às quais pretende representar tem sido tema de problematização por pesquisadores da área. Assim, encontra-se em curso as discussões que pretendem conferir estatuto científico à Pedagogia Social, reconhecendo-a como a “teoria geral da educação social” (SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009).

Expondo as origens da pedagogia social, empregando neste intento, sobretudo a análise de sua construção no contexto dos países europeus, Otto (2009) afirma que

Historicamente, a Pedagogia Social baseia-se na crença de que é possível decisivamente influenciar circunstâncias sociais por meio da Educação. Assim a Pedagogia Social começa com esforços em confrontar

pedagogicamente aflições sociais na teoria e na prática (...1) a Pedagogia Social como conceito da teoria educacional e como campo de estudo originou-se como uma crítica da Educação focada no desenvolvimento dos indivíduos sem considerar as dimensões sociais da existência humana (OTTO, 2009, p. 31 e 33).

De acordo com Nuñez (1999) é possível precisar a iniciativa na organização de processos educativos não escolares, porém institucionalizados, dotados de formalidade<sup>3</sup>, no contexto europeu posterior à segunda Guerra Mundial como alternativa de enfrentamento às demandas dos órfãos de guerra, sobretudo na Alemanha e na França. Tais países nomearam estas ações como Pedagogia Social e educação especializada, respectivamente. Atualmente suas experiências são traduzidas pelo conceito educação social.

Por educación social entendemos una práctica educativa que opera sobre lo que lo social define como *problema*. Es decir, trabaja en *territorios de frontera* entre lo que las lógicas económicas y sociales van definiendo en términos de *inclusión/exclusión* social, con el fin de paliar o, en su caso, transformar los efectos segregativos en los sujetos. La educación social atiende a la producción de efectos de inclusión cultural, social y económica, al dotar a los sujetos de los recursos pertinentes para resolver los desafíos del momento histórico (NUÑEZ, 1999, p.26).

Ainda a respeito do contexto social europeu que favoreceu a organização de um processo educativo diferente do ofertado pelas instituições escolares em resposta às novas demandas sociais, entendemos que

[...] a origem da ação pedagógica social está firmemente ligada aos processos de industrialização e de urbanização que causaram novos problemas sociais pela fragmentação da sociedade agrária tradicional (Mollenhauer, 1959). Nesses processos muitas crianças e adultos com necessidade de assistência foram negligenciados e novos problemas sociais se revelaram. A Educação em suas diferentes formas foi vista como um mecanismo importante para confrontar esses novos problemas, tanto dentro das famílias como nas comunidades. Naturalmente, a Educação e a assistência social foram combinadas também na teoria e na prática e as precondições para o desenvolvimento de instituições

<sup>3</sup> Emprega-se o termo formalidade compreendido como intencionalidade, buscando designar que as ações da educação não escolar, que em Gohn estão subsumidas à categoria educação não formal, são dotadas de intencionalidade educativa, são ações rigorosamente planejadas com a clara intenção de educar.

pedagógico-sociais na sociedade foram edificadas. (OTTO, 2009, p. 31-32).

Mülller et al (2010, p. 450) indicam que o papel da educação social neste contexto exposto seria “potencializar o sujeito para que possa instrumentalizar-se para superar desafios e modificar seu contexto”.

Analisando as conceituações atribuídas à educação não formal e a educação social ou a pedagogia social, reconhecida como sua teoria geral, é possível compreender a existência de diferenças entre estes conceitos e mais que isso entre as compreensões da realidade material e a formulação do papel da educação frente a estas.

Diante das elucubrações aqui expostas passamos a tecer considerações acerca da formação do pedagogo para atuar nestes espaços, especificamente pela via do estágio supervisionado.

## **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

O projeto pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina contempla a disciplina “Estágio Supervisionado em gestão da Educação Não Formal”, cuja ementa prevê a atuação dos estagiários na elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos.

A disciplina está assentada no que dispõe a Resolução CNE/CP 1/2006 quando, em seu artigo oitavo determina que o projeto pedagógico dos cursos de Pedagogia será efetivado por meio de

práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos.

Apresentaremos aqui a intervenção realizada em instituição de educação não formal situada no município de Londrina. Nesta, foram conduzidos trabalhos com vistas à construção democrática do projeto pedagógico na instituição, focalizando a atuação do pedagogo.



A instituição oferece curso profissionalizante a menores aprendizes e estava organizada nos moldes das escolas de ensino médio da educação básica.

O curso estava organizado em dois módulos, um primeiro denominado “Qualificação”, oferecido nas terças e quintas-feiras; e um segundo “Técnicas Secretariais” oferecido aos sábados.

Em ambos momentos da formação, os aprendizes recebiam aulas das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Língua Inglesa, Técnicas Secretariais e Formação Moral.

A partir das reflexões conduzidas pelo grupo de estagiários acerca da natureza e especificidade da educação não formal, o grupo de licenciados que atuava na instituição viu-se diante da necessidade de ressignificar as práticas educativas na instituição. Assim, deliberaram por renomear as disciplinas da seguinte forma:

- Raciocínio Lógico (Matemática)
- Comunicação (Língua Portuguesa)
- Mundo Do Trabalho (Auxiliar Administrativo)
- Formação Pessoal
- Inclusão Digital (Informática)
- Idiomas (Língua Inglesa)

Também num processo democrático de debate, embate e decisão, sob a coordenação dos estagiários e docentes do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, decidiram organizar o curso de formação em oficinas oferecidas de forma interdisciplinar.

A partir das redefinições dos educadores, em conjunto com a Pedagoga da instituição elaborou-se o Projeto Pedagógico denominado pelo grupo de “Projeto Sócio Educacional”. Tendo ficado acordado no grupo que este seria retroalimentado anualmente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da realização de estágio na gestão de espaços de educação não formal deixou evidente para supervisores e estagiários a importância do Pedagogo em todo e qualquer campo onde a educação esteja presente.

Os profissionais que compõem a instituição aqui apresentada, conduziam suas atividades com base nos moldes da educação formal devido ao mais absoluto desconhecimento da especificidade da educação não formal. A única referência que possuíam era a da escola de ensino médio. Mesmo a Pedagoga responsável pela coordenação dos trabalhos pedagógicos desconhecia a natureza e especificidade das instituições de educação não formal ou Pedagogia Social.

Na atualidade é imperativo habilitar os Pedagogos para atuar em outros espaços educativos. Está posto o delineamento do campo de atuação destes profissionais na área da Pedagogia Social. A título de exemplo, temos, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Seção V Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza um campo fértil para o licenciado em Pedagogia. Há também a Lei Orgânica da Assistência Social onde aparece a atuação profissional do pedagogo nos projetos de enfrentamento a pobreza.

Por excelência são os licenciados em Pedagogia os profissionais capazes de conduzir os processos educativos em todo e qualquer espaço. O Pedagogo precisa então desenvolver uma postura crítica em relação à prática social em que está inserido. Tendo como ponto de partida uma expressão da questão social, sua prática deve estar assentada no presente, em um projeto de transformação e renovação social. Tal formação somente pode ser consolidada, a nosso ver, nos espaços de vivência profissional nos estágios supervisionados.

## REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 1).

MÜLLER, Verônica Regina.; MOURA, Fabiana.; NATALI, Paula Marçal.; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. A formação do profissional da educação social: espectros de realidade. ? In: **XVII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL / CONE SUL**, Florianópolis, 2010.

NUÑEZ, Violeta. **Pedagogía Social**: cartas para navegar en el nuevo milenio. Buenos Aires: Santillana, 1999. Saberes clave para educadores.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da Pedagogia Social. In: SOUZA NETO, João Clemente.; SILVA, Roberto da.; MOURA, Rogério. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUZA NETO, João Clemente.; SILVA, Roberto da.; MOURA, Rogério. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

TRILLA, Jaume. **La educación informal**. Barcelona: PPU, 1987.

\_\_\_\_\_. **La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social**. - Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

\_\_\_\_\_. A educación non formal e a cidade educadora. Dúas perspectivas (unha analítica e outra globalizadota) do universo da educación. In Revista Galega do Ensino. Especial: A educación no século XX – unha análise panorámica. Núm. 24, setembro, 1999.

VON SIMSON, Olga R.; PARK, Margareth B; FERNANDES, Renata S. (Org.). **Educação não-formal**: cenários da criação. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Memória, 2001.